

CAPÍTULO 4

INCLUSÃO ESCOLAR: PROMOVENDO ACESSO E DIVERSIDADE NO AMBIENTE EDUCACIONAL



<https://doi.org/10.22533/at.ed.244112527014>

Data de aceite: 14/07/2025

Áurea Célia Andrade de Almeida

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso/ Docente na rede municipal de ensino básico, Educação Infantil, em Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil

Lhays Ingryd Soares Leite

Graduada em Pedagogia pela Faculdade Anhanguera / Docente na rede municipal de ensino básico, Educação Infantil, em Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil

RESUMO: Este artigo aborda a relevância do processo de inclusão escolar, que visa à integração e à permanência de estudantes com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar. Essas necessidades podem estar relacionadas a deficiências físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais. A problemática surgiu a partir da observação da realidade na prática cotidiana, que por vezes impossibilita de oferecer as melhores condições e suportes. Assim, o objetivo central deste estudo é enfatizar a necessidade de garantir que todos os cidadãos tenham o direito inalienável de frequentar as instituições de ensino, independentemente de suas diferenças ou

limitações. A educação inclusiva busca criar condições para a permanência de todos os alunos dentro do sistema educacional, promovendo o desenvolvimento e a aprendizagem de forma igualitária. Para embasar essa discussão, utilizamos a metodologia da revisão bibliográfica, com foco nos principais teóricos da área, como Mantoan, Dutra, Griboski e Carvalho. As considerações finais destacam que o direito ao acesso e à permanência de todas as crianças na escola comum é de extrema importância. No entanto, ainda enfrentamos desafios significativos nesse campo educacional. A efetivação desse direito é essencial para proporcionar uma educação de qualidade, permitindo a participação plena de todos no processo escolar, sempre respeitando as capacidades individuais.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão escolar; Diversidade; Ambiente educacional; Integração.

INTRODUÇÃO

A inclusão é fundamental para combater preconceitos e discriminação em nossa sociedade. Ao promover a inclusão desde a Educação Infantil, permitimos

que todas as crianças se encontrem e convivam sem distinções. Esse processo traz benefícios significativos para as gerações futuras, criando um mundo mais igualitário e acolhedor. As primeiras experiências sempre são as que marcam as pessoas, e quando essas são positivas, a probabilidade de se repetir é imensa, assim tendem a se reforçar ao longo da vida, a partir dessas experiências a criança vai construindo e reconstruindo valores e saberes. Os espaços das escolas devem ser organizados de maneira, em que as crianças tenham inúmeras possibilidades, sendo inseridas num contexto de atuação e participação, em que elas se sintam parte daquele local, não apenas como meras ouvintes e frequentadoras, mas como protagonistas de seu próprio desenvolvimento.

O movimento da Educação Inclusiva é um movimento mundial, em defesa do direito de todos os alunos estarem juntos aprendendo e participando sem discriminação. Esse movimento é norteado pela ação política, cultural, social e pedagógica, e é fundamentado nos direitos humanos, que trazem a igualdade e diferença como valores indissociáveis.

Em 2008, foi estabelecido pela Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado para alunos com deficiência (física, intelectual ou sensorial), com Transtornos Globais do Desenvolvimento e com altas habilidade/superdotação. Seu principal objetivo é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade aos alunos, dando-lhes todas as oportunidades propiciadas pela escola, considerando e trabalhando na perspectiva da necessidade de cada aluno, promovendo assim, sua autonomia e independência. O Ministério da Educação programou a política de inclusão que pressupõe a reestruturação do sistema educacional, com o objetivo de tornar a escola um espaço democrático, que acolha e garanta a permanência de todos os alunos, sem distinção social, cultura, étnica, de gênero ou em razão das deficiências e características pessoais.

INCLUSÃO ESCOLAR: A SUA IMPORTÂNCIA E NECESSIDADE

A inclusão consiste numa política educacional desafiadora e poderosa, a qual tem o compromisso de disseminar a garantia do direito à diferença, na igualdade de direitos, num mundo repleto de diferenciações excludentes.

De acordo com Dutra e Griboski (2006, p. 209):

A inclusão expressa uma dimensão de direitos humanos e justiça social que pressupõe o acesso pleno e a participação de todos, nas diferentes esferas da estrutura social, a garantia de liberdades e direitos iguais e o estabelecimento de princípios de equidade. Essa concepção situa-se na perspectiva de uma sociedade democrática e na compreensão do caráter social das relações, considerando a capacidade humana de desenvolver valores de dignidade e cidadania, de respeitar esses pressupostos e de modificá-los na construção do processo social.

Somos seres singulares, particulares, unívocos, assim, só existe um de nós como nós. Somos uma multiplicidade de seres em contínua diferenciação, mas vivemos numa sociedade, em que desde a nossa concepção devemos nos encaixar nos modelos e padrões, que nos trazem exigências de identidade formatada.

Conforme Dutra e Griboski (2006, p. 209),

[...] uma nova organização pública fundamentada nos princípios da inclusão requer mudanças na sociedade e nos referenciais epistemológicos que deram ênfase à existência de um dom natural independente das condições sociais e da ideia da mera disponibilização de oportunidades pelo sistema sem considerar a diferença como elemento constitutivo da cidadania.

O termo inclusão, de acordo com o dicionário Aurélio, indica uma relação de pertencimento. A proposta da inclusão pressupõe que todos sejam participantes da produção social, cultural e econômica, numa ênfase de que somos todos iguais, com reconhecimento das diferenças nos aspectos físicos, psicológicos e culturais.

Conforme Carvalho (2011, p. 10):

A inclusão social, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliários e meios de transporte), nos procedimentos técnicos e na mentalidade de todas as pessoas. Portanto, também da própria pessoa com necessidades especiais.

O princípio da prática da inclusão está em ações simples, que são capazes de trazer grandes contribuições e aprendizado para nosso meio sendo a aceitação e valorização das diferenças de cada um, a convivência dentro da diversidade e também a cooperação. Para se chegar à concepção de inclusão houve uma longa e difícil trajetória histórica na sociedade. Antigamente havia a exclusão das pessoas com deficiência. Elas eram abandonadas e até sacrificadas como seres desprezíveis, eram consideradas como castigo divino. De acordo com Carvalho (2011), havia uma grande resistência em aceitar as pessoas com deficiências, e por serem dependentes de outras pessoas, os deficientes eram abandonados por seus entes, pois, naquela época eles não eram merecedores da vida.

Carvalho (2011, p. 19) afirma que “na Idade Moderna, com o desenvolvimento da ciência e tecnologia, a deficiência deixa de sofrer o controle da Igreja e torna-se objeto de estudo da medicina”. Dessa forma dá-se o início às investigações a respeito das pessoas que possuíam deficiências, diante disto, as deficiências passam a ser vistas como patologias, mas para isto era necessário segregar essas pessoas deficientes, visto que apresentavam um perigo, para toda sociedade.

No final da Idade Média e início da Idade Moderna, organizações religiosas, como as Santas Casas de Misericórdia e Irmandades de Caridade, começam a oferecer assistência e abrigo aos deficientes, trazendo subjacente a concepção de ajuda aos necessitados, derivada dos ideais cristãos. O deficiente passa assim a merecer cuidados, mas deve permanecer segregado nessas instituições. (CARVALHO, 2011, p. 19).

Houve uma pequena mudança no paradigma de atendimento às pessoas com deficiência, o qual passou a ser feito, em instituições educacionais especializadas. Carvalho (2011) explica que estudiosos mostravam interesse em ajudar e educar essas pessoas, buscavam com isto condições, para que essa educação acontecesse, visto que essas pessoas não se encaixavam num padrão considerado normal.

Carvalho ressalta ainda que, a partir da nova visão em relação à educação das pessoas com deficiência, surge a Educação Especial, uma vez que a sociedade passou a ter consciência da necessidade, em atender essas pessoas. O atendimento a essas pessoas deveria ser por meio da assistência e a base de remédios, esses locais deveriam ser Centros Especializados, onde os deficientes não poderiam ter contato com a sociedade.

Mais tarde essas instituições foram consideradas inadequadas e inefficientes, para essas pessoas, pois, eram consideradas incapazes de conviverem em sociedade, não eram valorizadas e viviam segregadas.

Nesse sentido, Carvalho (2011, p. 21), salienta que, a partir de novos estudos, a deficiência deixa de ser considerada uma doença e passa a ser considerada uma condição, “isto é, uma condição na qual determinado indivíduo se encontra e para qual são necessárias medidas educacionais, sociais, psicológicas e médicas específicas”, que irão ajudar e dar suporte ao desenvolvimento dessas pessoas e sua inclusão na sociedade.

Dessa forma surge, associada à conscientização de uma atenção educacional especial, uma nova expectativa para as pessoas deficientes. O surgimento da Educação Especial, preconiza a defesa da normalização, e procura possibilitar ao deficiente uma vida o mais normal possível:

Na atualidade, a apropriação da perspectiva da inclusão vem tomando formas mais nítidas, em que, a partir de diferentes possibilidades e procedimentos, se assume e revigora uma postura mais reflexiva que nunca esteve totalmente ausente na experiência histórica de apropriação dos ‘Saberes’, mas que acabava tendo uma presença um tanto marginal nessa mesma história. (OSORIO, 2006, p.225).

A inclusão assegura a todos os cidadãos o acesso e a participação sem discriminação, bem como o direito a todos os requisitos da convivência na sociedade como educação, saúde, emprego, lazer, cultura dentre outros.

Na década de 1980, após pesquisas e desenvolvimento de alguns trabalhos, foi consolidada a luta pelo direito à igualdade de oportunidades, considerando-se que a integração de crianças com deficiência deveria se dar nos níveis físico, funcional e social, pressupondo o contato físico com as outras crianças e aceitação por parte de ambas.

Neste sentido, as crianças com deficiência passaram a frequentar as salas de ensino regulares e o professor de ensino especial passou a apoiar a criança dentro da sala.

A inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos. Ela questiona a fixação de modelos ideais, a normalização de perfis específicos de alunos e a seleção dos eleitos para frequentar as escolas, produzindo, com isso, identidades e diferenças, inserção e/ou exclusão. (ROPOLI et al. 2010, p. 7).

Para as autoras Dutra e Griboski (2006, p. 210):

A concepção e os princípios da Educação Inclusiva dentro de um contexto mais amplo, que dizem respeito à estrutura da sociedade em que vivemos, associados aos movimentos de garantia dos direitos exigem a transformação dos sistemas de ensino em relação à fundamentação, à prática pedagógica e aos aspectos do cotidiano da escola.

De acordo com Carvalho (2011, p.29), a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) visa entre outros aspectos, a necessidade de universalização do acesso à educação, promoção da equidade, promoção da aprendizagem com sucesso e adoção de medidas, que garantam a igualdade de acesso à educação, para pessoas com deficiência, e o reconhecimento de suas necessidades básicas de aprendizagem requerem atenção especial. Assim, essa Declaração se tornou um marco para a Educação Inclusiva.

Carvalho (2011, p. 29) enfatiza que “Educação Inclusiva é um paradigma educacional. É fundamentada na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis.”

A inclusão pressupõe que todas as crianças e alunos tenham uma resposta educativa, num ambiente regular, que lhes proporcione o desenvolvimento das suas capacidades. Este princípio está explicitado na Declaração de Salamanca. (UNESCO, 1994, p 11-12).

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola.

A Educação Inclusiva surge como uma decisiva intervenção contra a exclusão social. Dessa forma, o fato de se proporcionar às crianças a convivência com as diferenças se torna mais do que uma experiência rica, faz com que todos aprendam o respeito e adquiram valores essenciais, para sua formação.

Stainback (1999, p.44) afirma que:

O fim gradual das práticas educacionais excludentes do passado proporciona a todos os alunos uma oportunidade igual, para terem suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular. O distanciamento da segregação facilita a unificação da educação regular e especial em um sistema único. Apesar dos obstáculos, a expansão do movimento da inclusão, em direção a uma reforma educacional mais ampla, é um sinal visível de que as escolas e a sociedade vão continuar caminhando rumo a práticas cada vez mais inclusivas.

A Constituição Brasileira Federal de 1988 define que a educação tem como princípio a observância do direito incondicional e indisponível de todos os alunos à educação, assimilada ao nosso Ordenamento Jurídico pelo Decreto Legislativo nº 186/2008, corrobora esse direito. Garantindo educação para todos, sem exceção, atendendo aos princípios constitucionais, possibilitando à pessoa atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania. Ela propõe avanços significativos, para a educação escolar de pessoas com deficiência, quando elege como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III) e, como um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). Garante ainda o direito à igualdade (art. 5) e trata, no artigo 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Esse direito deve visar ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A inclusão escolar significa o rompimento de barreiras, dando novos sentidos à convivência com a diferença.

Dante disto, Crochík (2012, p.50) afirma que:

Com a Educação Inclusiva, o combate à segregação entre alunos diferenciados entre si é efetivo, ainda que comporte resistências; a convivência entre alunos com características diversas não significa, no entanto, a ausência de preconceito e suas formas de manifestação.

A escola deve possibilitar a potencialização de cada um de seus alunos, garantindo o acesso e participação de todas as crianças em todo o processo educativo. Para isto, faz-se necessário pensar no aluno sem qualquer tipo de exclusão. Repensar as práticas pedagógicas, pois, ao considerar o aluno como ele realmente é, significa; dar ênfase às suas potencialidades e interesses, não padronizá-lo, neutralizando com isto, suas dificuldades.

Assim, Mittler (2003, p.170) aponta que:

Nosso ponto de partida no caminho da inclusão deve ser a sala de aula e os professores que, com certeza, já ofereceram apoio como parte de sua prática cotidiana. Isto inclui assegurar que todos os alunos participem, o máximo possível, da aula, que tenham oportunidades para interagir com o professor e entre si e que alcance sucesso.

A educação escolar não pode ser segregadora, isto é, não pode separar os alunos por suas dificuldades de aprender e/ou de conviver, pois todos da escola devem ter chances de aprender com as diferenças. É importante ensinar aos alunos que, apesar das diferenças, todos possuem direitos iguais. Como afirma Crochík (2012, p. 41-42):

A proposta de Educação Inclusiva implica o reconhecimento das diferenças e as adequadas condições para que essas não sejam obstáculo à formação; assim, linguagem em braile pode ser importante para os que têm deficiência visual; linguagem dos sinais pode ser importante para os que têm deficiência auditiva; falar mais pausadamente e utilizar mais recursos imagéticos pode ser importante para os que têm deficiência intelectual. A Educação Inclusiva, assim, não deve desconhecer as diferenças, mas proporcionar recursos para o cumprimento dos objetivos escolares.

Inclusão não significa apenas colocar os alunos com deficiência dentro de uma mesma sala de aula, mas sim, dar-lhes suporte, no sentido de que essa Educação Inclusiva possa proporcionar-lhes uma evolução, no seu desenvolvimento educacional e pessoal. É função da escola oferecer a esses alunos os serviços que eles necessitam. Tornar o ambiente escolar num espaço integrador, pois só assim, esses alunos se sentirão inclusos. As principais barreiras enfrentadas pela inclusão são dentre outras; a falta de conhecimento da sociedade, falta de formação adequada, carência de profissionais qualificados, falta de uma equipe multidisciplinar, para o atendimento a essas crianças, dificuldades no ensino, falta de apoio, falta de base e infraestrutura em acolher a família, descrença no desenvolvimento do aluno, com deficiência e também a desorientação sobre como incluir.

Por mais que a Educação Inclusiva tenha avançado, ainda é possível observarmos inúmeras falhas ao seu redor, pois, muitas vezes as crianças que possuem deficiências são aceitas nas escolas apenas por ser uma norma obrigatória, assim, essa acaba sendo apenas um depósito para essas crianças. Em muitas situações a escola vê esses alunos como um fardo, e por vezes acaba fazendo a segregação dos mesmos.

Crochik pontua que:

No que se refere à Educação Inclusiva [...] ela pode se contrapor à educação segregadora, presente na atualidade como educação diferenciada, na qual alunos com deficiências são separados dos demais alunos. Isso ocorre quer em instituições especiais, quer em classes especiais. Claro, há ocasiões que a separação é inevitável: alguém, por exemplo, pode estar impedido de frequentar a sala de aula regular, por motivos de saúde ou legais, mas isso não deveria justificar uma prática regular de segregação. (CROCHIK, 2012, p.49).

É direito de todas as crianças permanecerem juntas, compartilharem os mesmos saberes, interagirem-se, tendo respeitado suas limitações e o ritmo de aprendizagem de cada uma delas, num entendimento de que inclusão é conviver e interagir com o outro, sem separação, em um regime escolar único que respeita o diferente.

Nas nossas práticas cotidianas muitas vezes deparamo-nos com frustrações que geram medo, inseguranças, incertezas e insatisfações, porém, é necessário acreditarmos e buscarmos alternativas, na coletividade, para que ocorram mudanças capazes de transformar a escola como verdadeiramente inclusiva.

Em síntese, na sala de aula regular, a marginalização implica aceitar o aluno considerado em situação de inclusão no grupo, mas dar pouco ou nenhum valor à sua contribuição nos trabalhos em grupo e nas relações sociais entre os alunos e entre si e com os professores; e a segregação implica não interagir com esse aluno ou agir de forma substancialmente distinta daquela direcionada aos outros alunos. Com a inclusão de crianças e jovens das minorias sociais nas classes regulares, há de se pensar se e como ocorre dentro da sala de aula, esses modos de discriminação e como combatê-los, assim como cabe delimitar o conceito de inclusão. (CROCHIK, 2012, p.50).

Dentre esses desafios a busca por escolas com metodologias adequadas e profissionais capacitados é constante. Vivenciamos constantemente diversos paradigmas que causam medos, inseguranças, incertezas e insatisfações no trabalho pedagógico, porém, trabalhar na perspectiva da inclusão implica romper barreiras criando novos conceitos e abrindo um horizonte em relação ao convívio com as diferenças.

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de científicidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela. (MANTOAN, 2003, p.13).

Contudo, devemos ter o cuidado com as armadilhas da inclusão, pois, enfatizar as diferenças, muitas vezes pode levar à exclusão desses alunos, então cabe a todos nós, família, escola e sociedade, tratá-los igualmente, independente das suas especificidades, o que não significa ignorar suas diferenças. Sendo que o primeiro passo nessa direção é tratar o aluno como tal, único em suas potencialidades e interesses, não querendo colocá-lo num modelo padronizado de aprendiz.

Para a garantia dos direitos à educação, sem exclusão, independentemente do nível, deve se pensar em novas propostas e práticas educacionais. Porém, a inclusão dos alunos com deficiência não se restringe só ao trabalho pedagógico dos educadores, mas, exige um esforço de todos os que atuam, no contexto escolar. Faz-se necessário que todos busquem o máximo de metas comuns, não ignorando as diferenças apresentadas por estes alunos; oferecendo acolhimento como forma de fazê-los acreditar que são iguais e com os mesmos direitos e deveres; oportunizando situações de aprendizagens adequadas, para evitar problemas no processo de escolarização. Conforme sinaliza Mantoan (2003, p. 15) “Os dois vocábulos - “integração” e “inclusão” -, quanto tenham significados semelhantes, são empregados para expressarem situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teórico-metodológicos divergentes.”

De acordo com a autora Mantoan (2003) a inclusão questiona não somente as políticas e a organização da Educação Especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Pois, a inclusão é diferente da integração, reforça também que a inserção escolar deve ser realizada de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos podem frequentar a escola regular, que apresentar condições compatíveis com o nível de necessidade que o educando apresenta.

Por tudo isso, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, 2003, p.16).

Assim, a inclusão se faz necessária, para toda a sociedade e comunidade se tornarem éticas, morais e justas. Não só a sociedade, mas a escola também é fundamental, para a inclusão do aluno. Compete a escola desenvolver atividades com os educadores da Educação Especial, trabalhar em conjunto com a criança e sua família, um trabalho multidisciplinar, numa parceria entre escola, sociedade, família e criança formará uma forte corrente a favor da inclusão escolar e trará resultados positivos.

Uma escola inclusiva trará benefícios para todos, pois é por meio do diferente que se poderá ver o mundo de várias maneiras, ter ganhos importantes por ajudar alguém, ter oportunidade de poder cuidar do outro, obter valores importantes, promover a igualdade, lidar com o improvável e enfrentar situações diversas, dentre outras.

Stainback afirma que:

Por isso, o desafio é estender a inclusão a um número maior de escolas e comunidades e, ao mesmo tempo ter em mente que o principal propósito é facilitar e ajudar a aprendizagem e o ajustamento de todos os alunos, os cidadãos do futuro. Nossas escolas e comunidades tornar-se-ão tão boas quanto decidirmos torná-las. (STAINBACK, 1999, p. 31).

Há um entendimento de que a Educação Especial vem sendo organizada de forma mais apropriada para o atendimento de alunos que, apresentem deficiência ou que não se adequem à estrutura rígida de sistemas de ensino. Entende-se que a mesma se trata de uma política de grande eficácia, mas, que nem sempre possui condições legais de ser implementada.

As crianças e adolescentes podem encontrar dificuldades de relacionamento, de interação, não só pelo julgamento dos outros alunos, mas também, por sua sociabilidade que pode provocar certa baixa/auto estima. Alguns pais por medo do preconceito ou da exclusão de seus filhos, muitas vezes não permitem que estes frequentem uma escola regular. Baptista (2006, p.231), destaca que

[...] manter uma boa relação com a família é fundamental para o sucesso de qualquer projeto educativo, pois a criança chega à escola depois de anos de convívio no ambiente familiar e tem um cotidiano que se completa, atualiza-se, modifica-se nas relações externas aos limites da escola. A escola pode ter um importante papel no sentido de auxiliar os pais a conhecerem melhor os filhos e a contribuírem com suas aprendizagens que muitas vezes parecem estagnadas.

O papel da família é fundamental no desenvolvimento dessas crianças, devendo ser a primeira a acreditar na potencialidade delas, deve considerar que são capazes de aprender e adquirir independência e autonomia para fazer inúmeras coisas no seu cotidiano.

É preciso que a escola ande em conformidade com a família, numa proposta de educação compartilhada, principalmente no caso dos alunos com deficiência, para que haja resultados satisfatórios de aprendizagem dos alunos.

A criança com deficiência deve frequentar a escola desde a Educação Infantil, pois desde a idade tenra já se deve ter a garantia de um ensino aprendizagem adequado, na perspectiva de uma Educação Inclusiva, e sempre contando com apoio da família e comunidade. Nesse sentido Mantoan (2006, p. 208), salienta que “a inclusão escolar é um forte chamamento para que sejam revistas as direções em que estamos alinhando nosso leme, na condução de nossos papéis como cidadãos, educadores, pais.”

Trabalhar com pais e responsáveis por crianças com e sem deficiência é respeitar as diferenças. É pensar não somente na adaptação dessas crianças, mas transformar todo o contexto escolar de acordo com suas necessidades. É trabalhar na perspectiva da inclusão ressignificando e transformando o olhar e o pensar da escola.

Segundo Mittler (2003, p. 25):

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com objetivo de garantir que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

A temática inclusão deve ser discutida com todo o cuidado, para evitarmos armadilhas, pois, ao tratarmos as pessoas que possuem deficiências, de forma igual, podemos estar escondendo suas especificidades, porém, ao darmos ênfase às suas diferenças podemos estar excluindo-as do mesmo jeito.

Quando fazemos comparações, independente de estas serem explícitas ou não, fixamos padrões desejáveis, assim definimos classes como base, dessa maneira excluímos essas pessoas, por fugirem do padrão estabelecido. Ao promover a diferenciação com as comparações, excluímos as pessoas limitando seus direitos de participação social, de opinar e de decidir.

A inclusão escolar impõe uma escola, em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados, em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os excluirá das suas turmas. (ROPOLI, 2010, p. 8).

Quando fazemos uma diferenciação para incluir, reconhecemos o sentido multiplicativo e ilimitado da diferença, em que não se é possível contenção, pois está sempre se diferenciando, em cada pessoa. Dessa maneira não se celebra, não é aceitável, não se nivela, mas sim há um questionamento sobre a diferença. Esses processos de diferenciação necessitam de cuidados especiais e devem ser observados, pois às vezes a intenção de acertos acaba sendo prejuízos aos alunos, sendo uma maneira errônea de ser aplicada. Nesse sentido diz Mantoan (2003, p. 33) salienta:

As escolas que reconhecem e valorizam as diferenças têm projetos inclusivos de educação e ensino que ministram difere radicalmente do proposto, para atender às especificidades dos educandos, que não conseguem acompanhar seus colegas de turma, por problemas que vão desde as deficiências até

outras dificuldades de natureza relacional, motivacional ou cultural dos alunos. Nesse sentido, elas contestam e não adotam o que é tradicionalmente utilizado para dar conta das diferenças nas escolas: as adaptações de currículos, a facilitação das atividades e os programas para reforçar aprendizagens, ou mesmo para acelerá-las, em casos de defasagem idade/série escolar.

A diferenciação para excluir ainda é a prática mais comum nas escolas, pois temos casos, em que as práticas pedagógicas fazem associações exclusivas de atividades e níveis de dificuldade a determinados alunos, e que visam tornar maior ou menor o grau de dificuldade do ensino na sala de aula, seguindo uma programação a parte, fazendo diferença entre um e outro de acordo com suas limitações. Porém, não é viável somente colocar o aluno na sala de aula, para que se tenham direito apenas de estar com os demais colegas, numa sala de ensino regular. Isso, portanto é uma ação excludente e descumprimento do direito à igualdade.

A inclusão dentro da sala de aula no ensino e na aprendizagem deve trazer mudanças substanciais que atingem o papel do professor, que deve ter moderação em suas funções e mediações em sancionar acertos e erros, devendo se ter o momento de criatividade e descoberta de cada aluno com base nas suas experiências.

Mantoan (2003, p. 35) confirma que “as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, espaços onde crianças e jovens aprendem a ser pessoas.” A expressão livre de ideias, sentimentos e posicionamentos de uma criança, fazendo com se crie uma autonomia intelectual e poder de decisão, assim desde a Educação Infantil, realizar essas práticas propiciam que os pequenos aprendam por si mesmo a realizarem tarefas ao seu modo, de acordo com suas capacidades, interesses, curiosidades e dúvidas.

Fazer um trabalho colaborativo na sala de aula possibilita com que todos aprendam sem hierarquia, pois todos têm o que ensinar e o que aprender no ambiente escolar caracterizado pela diferença, dessa forma todos se tornam sujeitos ativos do conhecimento. Stainback e Stainback, (1999, p. 26 – 27), destacam que “a razão mais importante para o ensino inclusivo é o valor social da igualdade. Ensinamos os alunos o exemplo de que, apesar das diferenças, todos nós temos direitos iguais.”

Para Stainback e Stainback (1999, p.21):

A Educação Inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas.

Pensar a Educação Inclusiva, é fazer parte do movimento social sendo consciente dos limites e potencialidades de cada sujeito, é respeitar e lutar por uma sociedade justa. Portanto, incluir é possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão é uma busca incansável para eliminar diariamente as barreiras do preconceito e da discriminação, reconhecendo que somos todos iguais, independente das nossas diferenças. Neste contexto, comprehende-se que a inclusão torna-se a demonstração real de uma sociedade que reconhece que a sua composição humana não é mais homogênea e sim heterogênea, quando, acolhe a todos em suas diferenças e respeita a sua individualidade. Por isso, sociedade, família e escola são fundamentais na inclusão do aluno, isto é, no sentido de auxiliar nos tipos de deficiência ou transtorno, podendo desenvolver atividades em comum ao desenvolvimento da criança. Assim, a escola e a sociedade trabalhando em parceria com a criança e sua família, numa só corrente, alcançarão grandes resultados no que diz respeito à inclusão escolar. A inclusão escolar é um caminho essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao proporcionar um ambiente educacional onde todas as crianças, independentemente de suas diferenças, possam aprender e conviver, estamos investindo no futuro.

Nossa geração tem a responsabilidade de garantir que a inclusão seja uma realidade em todas as escolas. Isso envolve não apenas a adaptação de infraestrutura e materiais, mas também a mudança de mentalidade e atitudes. Educadores, pais e toda a comunidade escolar desempenham um papel crucial nesse processo. Ao promover a inclusão desde a Educação Infantil, estamos plantando sementes de respeito, empatia e compreensão. Essas sementes crescerão e florescerão, transformando nossa sociedade em um lugar onde todos têm oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento. Portanto, que possamos continuar trabalhando juntos para construir escolas inclusivas, onde cada criança seja valorizada e tenha seu potencial plenamente reconhecido. Afinal, a verdadeira riqueza de uma nação está na diversidade e na capacidade de acolher a todos.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. Inclusão em Diálogo: algumas questões que insistem... In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Especial. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores – **Ensaios pedagógicos: Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília: 2006.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Editora Saraiva, 1998.

CARVALHO, Sandra Patricia Tosta. **Educação Inclusiva**. Cuiabá: UAB/UFMT, 2011.

CROCHÍK, José Leon. Educação Inclusiva e preconceito: Desafios para a prática pedagógica. In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. **O professor e a Educação Inclusiva: formação, práticas e lugares**. EDUFBA: Salvador, 2012.

DUTRA, Claudia Pereira; GRIBOSKI, Claudia Maffini. Educação Inclusiva: um projeto coletivo de transformação do sistema educacional. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Especial. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores – **Ensaios pedagógicos: Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília: 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar – caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Especial. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores – **Ensaios pedagógicos: Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília: 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OSÓRIO, Antônio Carlos Nascimento. Anotações sobre as Experiências Escritas Relacionadas ao Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Especial. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores – **Ensaios pedagógicos: Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília: 2006.

ROPOLI, Edilene Aparecida, et. al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escola: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. vol. 1.

STAINBACK, Susan, & STAINBACK, Willian. Inclusão: um guia para educadores. Tradução Magda F. Lopes. Porto Alegre, RS: Artmed, 1999.